

## INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DE MATO GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE DA MICRORREGIÃO DE DOURADOS (2005-2016)

Silvana Serra Oliveira<sup>1</sup>  
Alexandre de Souza Corrêa<sup>2</sup>  
Enrique Duarte Romero<sup>3</sup>  
Fábio Henrique Paniagua Mendieta<sup>4</sup>

### Resumo:

A importância de analisar o comportamento econômico de uma determinada região é verificar se o crescimento e, conseqüentemente, seu desenvolvimento, estão ocorrendo de forma equilibrada, se toda a população está se beneficiando da melhoria da qualidade de vida e bem-estar ou se uma concentração de riqueza está ocorrendo para uma pequena parcela de pessoas. Este trabalho apresenta uma análise da dinâmica do desenvolvimento econômico e social dos municípios que fazem parte da Microrregião de Dourados entre o período de 2005 e 2016, comparando os com o estado de Mato Grosso do Sul e o Brasil. Com base em dados secundários, foram utilizados os métodos explicativo e descritivo, tendo como principal indicador o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Constatou-se que municípios com: baixa concentração populacional; mais próximo com a fronteira entre Brasil e Paraguai e com baixa geração de empregos, apresentaram dificuldades de desenvolvimento durante o período estudado. De modo geral, foi possível conhecer as vulnerabilidades dos municípios e, assim, indicar a necessária instituição de políticas públicas e de incentivos governamentais para promover o desenvolvimento da Microrregião.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Microrregião de Dourados. Fronteira. Políticas Públicas.

<sup>1</sup> Bacharel em Sistemas de Informação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, UEMS, Brasil. E-mail: silvana\_s@hotmail.com

<sup>2</sup> Professor da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados (FACE/UGFD) Prof. Adjunto da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: alexandrecorrea@ufgd.edu.br

<sup>3</sup> Professor Adjunto na Universidade Federal da Grande Dourados, Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. E-mail: enriquermero@ufgd.edu.br

<sup>4</sup> Mestre em Integração Latino Americana pela Universidade Federal de Santa Maria – RS. Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFMS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - Campus Ponta Porã. E-mail: fabio.mendiet@ifms.edu.br

---

**Abstract:**

The importance of analyzing the economic behavior of a given region is to verify if growth and, consequently, its development, are taking place in a balanced way, if the whole population is benefiting from the improvement of quality of life and well-being or if a concentration of wealth is occurring for a small portion of people. This work presents an analysis of the dynamics of economic and social development of the municipalities that are part of the Dourados Microregion between 2005 and 2016, comparing those with the state of Mato Grosso do Sul and Brazil. Based on secondary data, the explanatory and descriptive methods were used, having the Firjan Municipal Development Index (IFDM) as the main indicator. It was found that municipalities with: low population concentration; closer to the border between Brazil and Paraguay and with low job generation, they presented development difficulties during the studied period. In general, it was possible to know the vulnerabilities of the municipalities and, thus, indicate the necessary institution of public policies and government incentives to promote the development of the Microregion.

**Keywords:** Development. Microregion of Dourados. Border. Public Policy.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo estudar a dinâmica do desenvolvimento econômico e social dos municípios que fazem parte da Microrregião de Dourados. A Microrregião é constituída por 15 municípios: Amambaí; Antônio João; Aral Moreira; Caarapó; Dourados; Douradina; Fátima do Sul; Itaporã; Juti; Laguna Carapã; Maracaju; Nova Alvorada do Sul; Ponta Porã; Rio Brilhante e Vicentina.

O município de Dourados é o município do interior do estado de Mato Grosso do Sul melhor colocado no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH, 2010) e do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM, 2018), ambos os índices mensuram aspectos econômicos e sociais, destacando a saúde, educação e renda. Com isso, Dourados acaba se tornando um polo que influencia os demais municípios (IBGE, 2016).

O IFDM distingue-se por ter periodicidade anual, recorte municipal e abrangência nacional. As fontes de dados do IFDM são oficiais e sua metodologia permite a comparação

quantitativa serial e temporal dos municípios analisados, possibilitando inclusive a agregação por Estados. Seu índice oscila de 0 a 1, sendo suas classificações distribuídas de 0 a 0,4 Baixo Desenvolvimento; 0,4 a 0,6 Desenvolvimento Regular; 0,6 a 0,8 Desenvolvimento Moderado; e 0,8 a 1,0 Alto Desenvolvimento (FIRJAN, 2018). Em 2016 o IFDM da Microrregião de Dourados representou 0,709 superando a média estadual e nacional de 0,696 e 0,667, respectivamente.

O IDH, criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), baseia-se em dados do censo demográfico, realizado apenas a cada dez anos, sendo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) o índice que particulariza o desenvolvimento dos municípios. No IDH-M à média dos municípios que compõe a Microrregião de Dourados é 0,687, em 2010, situando na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). No entanto, o valor médio apresentado na Microrregião está abaixo do valor estadual (0,729) e nacional (0,727). A dimensão que mais contribui para o IDH-M da Microrregião é a Longevidade (saúde), com média de 0,820, seguida da Renda, com índice de 0,692, e de Educação, com índice de 0,572 (PNUD, 2013).

Os números vistos desta maneira podem de imediato conduzir para uma precipitação de leitura, mas, para avaliar a realidade social é preciso mais que apenas as referências numéricas apontadas pelos indicativos. Nesse sentido, o uso de indicadores sociais e econômicos pode contribuir na atuação do Estado para a formulação de políticas públicas, se tornando relevante para investigar as características socioeconômicas dos municípios que compõem a Microrregião de Dourados, de modo que seja possível contextualizá-lo dentro dos parâmetros do Estado do Mato Grosso do Sul (MS) e Brasil.

Por muitas décadas tem sido argumentado que somente a dimensão estritamente econômica poderia fornecer uma explicação efetiva da realidade complexa, tanto que a mensuração do Produto Interno Bruto (PIB) desempenhava o papel central na definição, implementação e avaliação dos efeitos das ações dos governos em todo o mundo. Algumas iniciativas em vários países têm tentado desenvolver novos métodos de medição do bem-estar social e econômico, em que o desenvolvimento econômico, social e ambiental é atribuído a mesma importância de se medir a produção interna de um país (SOUZA, 2012).

Nesse contexto, a preocupação com o desenvolvimento econômico e social de uma sociedade tem-se destacado entre os países, somente a riqueza econômica se tornou insuficiente para explicar as condições de vida da população, uma vez que, altas concentrações de renda sugerem altas desigualdades sociais. Estudos como de Veiga (2005), Vieira (2009), Souza

(2012), Barbosa (2012) e Januzzi (2014), demonstraram que na análise das desigualdades na população geral, a escolha de indicadores influencia a magnitude das desigualdades observadas.

Assim, os indicadores socioeconômicos medem as condições econômicas e o ambiente sociocultural em que as pessoas vivem. Nesse estudo, também é dada atenção específica à identificação de ferramentas e métodos que podem apoiar para encontrar possíveis soluções para melhorar o desenvolvimento da Microrregião. Nesse sentido, o presente trabalho busca refletir sobre a seguinte questão: os municípios da Microrregião de Dourados apresentaram evolução nos indicadores sociais e econômicos com relação ao Mato Grosso do Sul e Brasil?

Para responder tal questão, foi elaborado o seguinte objetivo geral: Investigar as características socioeconômicas da Microrregião de Dourados, de modo a contextualizá-las em termos de desenvolvimento e alternativas de políticas públicas direcionadas a possíveis vulnerabilidades sociais e econômicas. A partir deste objetivo, foi possível pensar em três objetivos específicos: i) mensurar os dados sobre educação saúde e renda na Microrregião de Dourados; ii) verificar a situação econômica e social da Microrregião de Dourados por meio de indicadores socioeconômicos; e iii) refletir sobre possíveis políticas públicas que melhorem o desenvolvimento da Microrregião de Dourados.

Para atender aos objetivos propostos deste estudo, o trabalho está estruturado em mais quatro seções: a segunda seção apresenta uma sucinta discussão teórica sobre a relação do crescimento e do desenvolvimento econômico; a terceira seção são apresentados os procedimentos metodológicos; a quarta seção são discutidos os resultados conforme os dados coletados; e a quinta seção são apresentadas as considerações finais do trabalho.

## **CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

A abordagem teórica-conceitual sobre o crescimento e desenvolvimento econômico tem aprofundado o estudo das desigualdades entre países, entre regiões, entre municípios etc. Tais desigualdades são evidenciadas quando se percebe concentração de crescimento econômico com bases produtivas expressivas em determinado local de um país que contribuem com melhor qualidade de vida, promovendo um virtuoso processo de desenvolvimento econômico.

No entanto, outros locais podem apresentar baixo crescimento e inexpressivas bases produtivas para pavimentar este processo virtuoso do mesmo país. Desse modo, ocorrem os desequilíbrios entre locais mais e menos avançados economicamente – em termos de riqueza

produzida - e socialmente – em termos de melhor qualidade de vida populacional, o que reforça a necessidade do estudo entre a relação dos conceitos de crescimento e desenvolvimento.

Segundo Sandroni (1994), o que confunde o conceito de desenvolvimento econômico, não é tanto uma mudança nos pré-requisitos básicos do crescimento econômico, mas uma mudança nas atitudes dominantes em relação a isso. Logo, o papel do Estado no planejamento e execução de políticas públicas se torna fundamental para que seja possível a compreensão do processo de desenvolvimento.

Para Souza (2012) o conceito do desenvolvimento pode ser sintetizado em duas correntes de pensamento econômico: a primeira corrente apoiada pelos economistas neoclássicos, como Meade e Solow e também pelos adeptos da teoria keynesiana como Harrod, Domar e Kaldor acreditavam que o desenvolvimento ocorria na mesma proporção do crescimento, ou seja, para esses crescimentos e desenvolvimento são os mesmos. A segunda corrente apoiada por economistas como Lewis, Hirschman, Myrdal, Nurkse, Prebisch, Furtado, Singer, autores da Cepal, de linha teórica Marxista e dos economistas do desenvolvimentismo, acreditavam que o crescimento não pode explicar o desenvolvimento, pois para o crescimento basta o aumento do produto monetário, enquanto o desenvolvimento se preocupa com questões sociais, preocupando sim com a qualidade e não apenas com a quantidade.

Souza (2012) corrobora que essa tarefa ainda continua, mas o clima de opinião, organização econômica e política se modificaram. Algumas das suposições e critérios sobre a base de qual o investimento ocorreu no décimo nono e vigésimo séculos já não são válidos, outros não são mais aceitos como válidos, e ainda outros são completamente errados, tanto no subdesenvolvido e sociedades avançadas.

Segundo Vieira (2009), o crescimento econômico é frequentemente contrastado com o Desenvolvimento Econômico, que é definido como o aumento da riqueza econômica de um país ou de uma área particular, para o bem-estar de seus residentes. O crescimento econômico, também pode apresentar indicativos pela mensuração da força de trabalho, pois a geração de emprego e renda são importantes para estimular o consumo e conseqüentemente à produção interna do país.

O crescimento econômico é, então, uma medida quantitativa que mostra o aumento no número de transações comerciais em uma economia. Por isso, ele pode ser expresso em termos de Produto Interno Bruto (PIB), o que ajuda a medir o tamanho da economia. O crescimento econômico é definido como a capacidade de uma economia produzir mais e mais bens e

serviços. Pode ser expresso como uma expansão das possibilidades de produção da economia, isto é, sua fronteira de possibilidades de produção move-se para fora e após seu deslocamento pode se produzir mais de tudo (SOUZA, 2012).

No caso do desenvolvimento, pode se observar como um resultado do aumento na qualidade e quantidade de recursos e no avanço da tecnologia produtiva. Para Furtado (2000) o desenvolvimento econômico é um processo que está em constante transformação estruturais dos meios de produção. Estas transformações geram melhorias de renda e de inovações tecnológicas e conseqüentemente, melhoras no mercado de trabalho, na produtividade, na renda e no bem-estar social. Entretanto, o Estado tem papel fundamental para incentivar investimentos no intuito de gerar maior oferta de produção em conjunto com melhor distribuição de renda.

Na concepção geral, para Vieira (2009), pode haver crescimento sem desenvolvimento, desenvolvimento sem crescimento e crescimento com desenvolvimento econômico, mas o olhar não é o mesmo e, por isso, é necessário explicar as diferenças e semelhanças entre eles. O crescimento da economia é um aspecto essencial do desenvolvimento econômico, quando a renda dos países aumenta seus benefícios por meio da aquisição de meios para estabelecer necessidades básicas, como educação, saúde, transporte e moradia de qualidade.

Souza (2012) argumenta que o crescimento econômico é uma condição essencial para que haja desenvolvimento econômico, mas não suficiente. Pois, o desenvolvimento só é possível por meio da geração de renda (crescimento), de melhor distribuição de renda, e outros aspectos que contribua para melhorar o bem-estar social. Assim, conforme a riqueza de um país cresce, e ocorre à igualdade de distribuição da mesma, tende a gerar desenvolvimento.

Vasconcelos (2011) aponta que a economia do desenvolvimento pode ser definida como de uso de análise econômica para entender os problemas dos países pobres, bem como para suprir elementos de ação para a política econômica em essas áreas. Souza (1999) complementa que nas últimas décadas, o progresso da teoria do crescimento deslocou muitas das reflexões da teoria do desenvolvimento para temas comuns com a teoria do crescimento, produzindo assim uma grande convergência teórica.

Januzzi (2014) enfatiza que o problema econômico é um exame sistemático das várias maneiras pelas quais o conceito da economia tem sido percebido por escritores diferentes, a fim de avaliar por nós mesmos as abordagens para o problema do desenvolvimento econômico em cidades ou países subdesenvolvidos.

Na visão de Souza (2012), as modificações devem acompanhar o crescimento econômico, sendo este contínuo e superior às taxas de crescimento demográfico. Em longo prazo é gerada maior força à economia nacional, ampliação da economia de mercado e produtividade. Conseqüentemente há uma maior participação do mercado interno no cenário econômico mundial e, dadas as transformações em escala social e econômica, há elevação do padrão de vida populacional e aumento dos níveis de salário e renda. No entanto, o desenvolvimento deve abranger à distribuição de renda e produto à população, em termos de produtividade e qualidade de vida.

Veiga (2005) e Vasconcelos (2011) definem que o crescimento e desenvolvimento econômico estão contidos nas análises do crescimento total do país, porém com características diferentes, enquanto um olha apenas para a economia de maneira monetária e quantitativa o outro tem como foco indicadores sociais, subjetivos de certa maneira, que classificam as questões qualitativamente. Assim, o desenvolvimento econômico indica a melhoria do bem-estar ou a qualidade de vida das pessoas, de como está sendo feita a distribuição de renda, do acesso igualitário a saúde, e educação, do incentivo à pesquisa de teor científico e tecnológico entre outros fatores sociais.

## **ASPECTOS METODOLÓGICOS**

O método de estudo deste trabalho, foi o método descritivo, que segundo Perovano (2014) este tipo de método propõe identificar e analisar os aspectos ou variáveis que podem estar relacionadas com o objeto de estudo. Assim, a coleta de dados secundários em fontes confiáveis, auxilia no envolvimento entre os dados e o objeto de investigação.

Com relação à área de estudo, o trabalho teve como foco analisar a evolução do desenvolvimento socioeconômico dos municípios da Microrregião de Dourados localizada no estado de Mato Grosso do Sul e composta por 15 municípios, que representam 20,91% da população do estado, como se pode observar na Tabela 01.

**Tabela 01** – Microrregião de Dourados: Municípios e *Ranking* Populacional (2018).

<i>Ranking</i>	Microrregião Dourados (Municípios)	População Estimada (2018)	Percentual Populacional (Microrregião)	Percentual Populacional (MS)
1°	Dourados	220.965	38,45	8,04
2°	Ponta Porã	91.082	15,85	3,31
3°	Maracaju	45.932	7,99	1,67
4°	Amambai	38.958	6,78	1,42
5°	Rio Brilhante	36.830	6,41	1,34
6°	Caarapó	29.743	5,18	1,08
7°	Itaporã	23.886	4,16	0,87
8°	Nova Alvorada do Sul	21.300	3,71	0,78
9°	Fátima do Sul	19.234	3,35	0,70
10°	Aral Moreira	11.963	2,08	0,44
11°	Antônio João	8.891	1,55	0,32
12°	Laguna Carapã	7.267	1,26	0,26
13°	Juti	6.638	1,16	0,24
14°	Vicentina	6.067	1,06	0,22
15°	Douradina	5.889	1,02	0,21
	<b>Microrregião Dourados</b>	<b>574.645</b>	<b>100,00</b>	<b>20,91</b>
	<b>Mato Grosso do Sul</b>	<b>2.748.023</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE (2018). Adaptado pelos autores.

No âmbito estadual o município de Dourados, é o que mais concentra população (8,04%), sendo o município polo da Microrregião, seguido pelo município fronteiriço de Ponta Porã (3,31%). No âmbito microrregional, o polo de Dourados concentra 38,45% da população, considerado também, como o segundo maior município de Mato Grosso do Sul.

Para compreender o desenvolvimento econômico e social da Microrregião de Dourados, foi utilizado o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) entre os anos de 2006 e 2016. Criado pela Federação de Indústria do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), o objetivo do IFDM é mensurar anualmente o grau de desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros, considerando três óticas do desenvolvimento: Educação, Saúde e Emprego & Renda com base em dados oficiais.

O resultado do IFDM varia de zero a um, sendo que, quanto mais desenvolvido município mais próximo de um será seu resultado. Nesse sentido, o índice é categorizado em três faixas de desenvolvimento: **i) Baixo Desenvolvimento**, os valores variam entre 0 a 0,400; **ii) Desenvolvimento Regular**, municípios que apresentam valores entre 0,400 e 0,600; **iii) Desenvolvimento Moderado**, índice entre 0,600 e 0,800; e **iv) Alto Desenvolvimento**,

municípios que apresentam valores superiores a 0,800. Pelo Quadro 01, é possível verificar a organização dos dados que fazem parte do IFDM.

**Quadro 01** – Dados que compõe o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (por área de desenvolvimento)

Índice Firjan De Desenvolvimento Municipal		
Emprego & Renda	Educação	Saúde
Geração de Emprego Formal	Matrículas na Educação Infantil	Número de consultas pré-natal
Absorção de mão de obra local	Abandono no Ensino Fundamental	Óbitos por causas mal definidas
Geração de Renda Formal	Distorção idade-série no ensino fundamental	Óbitos Infantis por causas evitáveis
Salários Médios do Emprego Formal	Média de horas aula no Ensino Fundamental	Internação sensível à atenção básica.
Desigualdade	Resultado do IDEB no Ensino Fundamental.	

Fonte: FIRJAN (2018) e Santos et. al (2017).

Baseando-se no estudo de Santos et. al (2017) que estudaram o IFDM para as macrorregiões do estado de Mato Grosso por meio do conjunto de dados mensurados pelo FIRJAN (2018), foi possível verificar a qualidade educacional e da saúde dos municípios que fazem parte da Microrregião de Dourados, bem como analisar a qualidade do emprego e da economia local.

As fontes de dados referentes aos aspectos demográficos dos municípios da Microrregião de Dourados também foram importantes para analisar o perfil socioeconômico da Microrregião. Dados disponíveis do Perfil Socioeconômico de Dourados (2018); do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); do Atlas de Desenvolvimento Humano elaborado em conjunto com o Programa das Nações Unidas (PNUD) e do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA) foram fundamentais para o desenvolvimento do trabalho.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### COMPORTAMENTO SOCIOECONÔMICO DA MICRORREGIÃO DE DOURADOS

No âmbito econômico, com base nos dados da Tabela 02, a Microrregião de Dourados apresentou em 2005 uma participação de 20,42% do Produto Interno Bruto (PIB) de Mato Grosso do Sul e de 22,47% no ano de 2015, ocorrendo um leve aumento de 2,05% durante os dez anos da análise. Quanto à população houve uma variação de 1,3% de 2005 para 2015, sendo a população em 2005 de 19,41% e em 2015 de 20,76%. As cidades com maiores números

populacionais são Dourados, Ponta Porã e Maracaju, representando 8,03%, 3,27% e 1,62% respectivamente. Destaque para o município de Maracaju que teve a maior variação percentual de crescimento populacional da Microrregião de Dourados de 2005 a 2015 de 0,37%, seguidos por Ponta Porã 0,30% e Nova Alvorada do Sul 0,23%. O aumento da população e do PIB da Microrregião de Dourados foi similar, apresentando acréscimos pequenos ao longo do período analisado.

**Tabela 02**– Produto Interno Bruto (PIB), População e Taxa de Participação de Mato Grosso do Sul e da Microrregião de Dourados e seus municípios (2005-2015) *x1.000*.

Ranking PIB	Unidades Locacionais	2005				Unidades Locacionais	2015			
		PIB	Part. (%)	Pop.	Part. (%)		PIB	Part. (%)	Pop.	Part. (%)
1°	Dourados	1.929	8,13	183.096	8,09	Dourados	7.284	8,77	212.870	8,03
2°	Maracaju	632	2,66	28.236	1,25	Ponta Porã	2.255	2,71	86.717	3,27
3°	Ponta Porã	582	2,45	67.190	2,97	Maracaju	2.055	2,47	43.078	1,62
4°	R. Brilhante	366	1,54	26.816	1,18	R. Brilhante	1.682	2,02	34.776	1,31
5°	Caarapó	253	1,07	19.587	0,86	N. A. do Sul	1.138	1,37	19.656	0,74
6°	Amambai	234	0,99	31.697	1,4	Caarapó	1.066	1,28	28.437	1,07
7°	N. A. do Sul	169	0,71	11.646	0,51	Amambai	785	0,94	37.590	1,42
8°	Itaporã	161	0,68	17.740	0,78	Itaporã	578	0,7	22.896	0,86
9°	A. Moreira	142	0,6	8.049	0,36	A. Moreira	457	0,55	11.399	0,43
10°	Fát. do Sul	113	0,48	17.204	0,76	Lag. Carapã	379	0,46	7.017	0,26
11°	Lag. Carapã	109	0,46	6.090	0,27	Fát. do Sul	357	0,43	19.220	0,72
12°	Douradina	44	0,19	4.726	0,21	A. João	192	0,23	8.679	0,33
13°	Ant. João	43	0,18	7.892	0,35	Juti	171	0,21	6.399	0,24
14°	Juti	36	0,15	4.798	0,21	Vicentina	169	0,2	6.027	0,23
15°	Vicentina	30	0,12	4.837	0,21	Douradina	104	0,12	5.723	0,22
<b>Microrregião Dourados</b>		<b>4.845</b>	<b>20,42</b>	<b>439.604</b>	<b>19,41</b>	<b>M. Dourados</b>	<b>18.672</b>	<b>22,47</b>	<b>550.484</b>	<b>20,76</b>
<b>Mato G. do Sul (MS)</b>		<b>23.725</b>	<b>100</b>	<b>2.264.468</b>	<b>100</b>	<b>MS</b>	<b>83.082</b>	<b>100</b>	<b>2.651.235</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE (2018). Adaptado pelos autores.

Como observado na Tabela 02, os municípios que mais se destacaram em termos econômicos foram, Dourados com 8,13% de participação do PIB estadual, Maracaju 2,66% e Ponta Porã 2,45% no ano de 2005, já em 2015 os mesmos três municípios obtiveram as maiores participações no PIB estadual, Dourados com 8,77% e houve apenas uma inversão da posição entre Ponta Porã e Maracaju, o primeiro com 2,71% e o seguinte com 2,47%. Os que menos se destacaram foram os municípios de Douradina, Vicentina e Juti com 0,12%, 0,20% e 0,21%, respectivamente. Os municípios com maiores participações no PIB estadual possuem os maiores números de habitantes, possuem também o maior movimento econômico por causa de

indústrias e fábricas, por conseguinte os com menores índices populacionais da Microrregião de Dourados, possuem menores participações do PIB estadual, isso reflete que o crescimento pode acontecer de acordo com a população relativa.

A Tabela 03 mostra o saldo de empregos de 2005 para 2016, a Microrregião representou 26,81% do total gerado por Mato Grosso do Sul. O setor que apresentou a maior variação no número de empregos foi o setor de serviços, com um saldo positivo de 25.440 pessoas empregadas, representando 44,25% do total de empregos gerados da Microrregião de Dourados e em Mato Grosso do Sul representando 28,11% dos empregos no setor de serviços e 11,86% do saldo total do estado.

**Tabela 03** – Variação do número de empregos por setor de atividade em Mato Grosso do Sul e na Microrregião de Dourados e seus municípios (2005-2016)

<b>Ranking Empregos</b>	<b>Local</b>	<b>Total</b>	<b>Indústria</b>	<b>Construção Civil</b>	<b>Comércio</b>	<b>Serviços</b>	<b>Adm. Pública</b>	<b>Agropec.</b>	<b>Outros</b>
1°	Dourados	30.557	3.622	842	5.498	20.126	725	-193	-63
2°	Ponta Porã	5.344	867	127	1.765	1.499	565	473	48
3°	Rio Brilhante	5.075	3.805	77	720	699	308	-517	-17
4°	Maracaju	4.357	1.448	268	1.198	1.128	149	182	-16
5°	Caarapó	3.417	261	75	911	453	383	1.303	31
6°	N. A. do Sul	3.317	2.044	-118	425	730	370	-137	3
7°	Fátima do Sul	1.155	605	-53	247	205	176	-30	5
8°	Aral Moreira	963	29	1	290	32	249	360	2
9°	Amambai	813	162	88	-343	268	80	531	27
10°	Vicentina	745	266	-	52	-8	77	358	-
11°	Juti	545	204	7	72	49	137	74	2
12°	Lag.Carapã	485	2	9	74	2	188	209	1
13°	Antônio João	392	-1	-	64	28	104	194	3
14°	Itaporã	284	-559	-3	424	208	-2	12	204
15°	Douradina	40	5	4	79	21	-82	13	-
<b>Microrregião Dourados</b>		<b>57.489</b>	<b>12.760</b>	<b>1.324</b>	<b>11.476</b>	<b>25.440</b>	<b>3.427</b>	<b>2.832</b>	<b>230</b>
<b>Mato Grosso do Sul (MS)</b>		<b>214.357</b>	<b>40.445</b>	<b>11.018</b>	<b>45.296</b>	<b>90.497</b>	<b>6.261</b>	<b>16.005</b>	<b>4.835</b>

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (2005; 2016). Elaborado pelos autores.

De acordo com a Tabela 03 o setor industrial foi o segundo mais dinâmico, tendo um saldo positivo 12.760, representando 22,19% de empregos da Microrregião, 31,54% empregos na indústria em MS e 5,95% do total geral de empregos no estado. Em terceiro lugar o setor comercial apresentou crescimento de 11.476 empregos, sendo 19,96% na Microrregião de

Dourados, 25,33% e 5,35% respectivamente no setor de comércio e do total geral de empregos do estado.

Entre 2005 e 2016, Dourados foi o maior gerador de empregos, demandou 53,15% de empregos em nível da Microrregião de Dourados e 14,25% em nível de MS. Posteriormente o município de Ponta Porã aparece como sendo o segundo maior em números empregatícios (9,29%) apresentando 2,49% em números de empregos do estado. O município de Rio Brillhante, surge como sendo o terceiro maior com números de empregos, o qual aparece com um valor de 8,82% sobre a Microrregião e 2,36% em relação a MS (Tabela 03).

Já os municípios de Douradina, Itaporã, Antônio João, tiveram os menores índices de geração de empregos sendo 0,69%; 0,49% e 0,68%, respectivamente. No caso de Itaporã, o município teve um acentuado número de demissões no setor industrial, o que pode ser explicado pelo encerramento de atividade de um frigorífico no ano de 2009, devido a crise mundial financeira de 2008 que acarretou em cerca de 280 demissões diretas<sup>5</sup>. Contudo, no decorrer do período estudado o município ficou com o índice positivo, porém abaixo na geração total de empregos.

O município de Douradina apresentou um número mediano de demissões, que foi na administração pública, entretanto, em geral não gerou números elevado de empregos. Antônio João perdeu (-1) empregos na indústria, e também o município não conseguiu impulsionar sua economia, assim o saldo de empregos foi menor.

De acordo com a Tabela 04 a classificação do Índice Firjan de Desenvolvimento na Microrregião de Dourados apresentou um crescimento de 0,625 (2005) para 0,709 (2016) mantendo o grau de Desenvolvimento Moderado. No estado de Mato Grosso do Sul o índice subiu de 0,615 para 0,697 no mesmo período e manteve a categoria de Desenvolvimento Moderado. No Brasil a classificação mudou de Desenvolvimento Regular (2005) para Desenvolvimento Moderado (2016) com 0,559 e 0,667, respectivamente. Todos os municípios que compõe a Microrregião elevaram seu índice de desenvolvimento no período analisado.

Pela Tabela 04 é possível observar que os três municípios que tiveram o maior grau de desenvolvimento em 2005 foram Maracaju (0,738), Dourados (0,731) e Rio Brillhante (0,720). Em 2016, os municípios foram Rio Brillhante (0,818), Dourados (0,810) e Caarapó (0,758). Já os três municípios menos desenvolvidos foram Antônio João (0,454), Aral Moreira (0,523) e

---

<sup>5</sup> Extraído do jornal de notícias Campograndenews em 12 de agosto de 2009. Mais detalhes acessar: <https://www.campograndenews.com.br/economia/torlim-fecha-frigorifico-de-itapora-e-demite-280-08-12-2009>

Juti (0,528) em 2005. Em 2016, os municípios de Antônio João (0,598) e Aral Moreira (0,639) permaneceram com índices mais baixos, acompanhado pelo município de Amambai (0,629).

**Tabela 04** – Classificação do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, Brasil, Microrregião de Dourados e seus Municípios (2005-2016)

Ranking	2005			2016		
	Local	IFDM	Desenvolvimento	Local	IFDM	Desenvolvimento
1°	Maracaju	0,7388	Moderado	R. Brilhante	0,8189	Alto
2°	Dourados	0,7312	Moderado	Dourados	0,8101	Alto
3°	R. Brilhante	0,7208	Moderado	Caarapó	0,7582	Moderado
4°	Vicentina	0,6903	Moderado	Vicentina	0,7491	Moderado
5°	N. A. do Sul	0,6873	Moderado	Maracaju	0,7443	Moderado
6°	Itaporã	0,6817	Moderado	N. A. do Sul	0,7348	Moderado
7°	Caarapó	0,6553	Moderado	Fát. do Sul	0,7261	Moderado
8°	Lag. Carapã	0,6376	Moderado	Itaporã	0,7059	Moderado
9°	Fát. do Sul	0,6157	Moderado	Juti	0,6913	Moderado
10°	Amambai	0,5948	Regular	Douradina	0,6873	Moderado
11°	Ponta Porã	0,5728	Regular	Lag. Carapã	0,6845	Moderado
12°	Douradina	0,5544	Regular	Ponta Porã	0,6686	Moderado
13°	Juti	0,5285	Regular	A. Moreira	0,639	Moderado
14°	A. Moreira	0,5239	Regular	Amambai	0,6295	Moderado
15°	Ant. João	0,4541	Regular	Ant. João	0,5989	Regular
<b>Microrregião de Dourados</b>		<b>0,6258</b>	<b>Moderado</b>	<b>Micr. de Dourados</b>	<b>0,7098</b>	<b>Moderado</b>
<b>Mato Grosso do Sul</b>		<b>0,6155</b>	<b>Moderado</b>	<b>MS*</b>	<b>0,6973</b>	<b>Moderado</b>
<b>Brasil</b>		<b>0,5593</b>	<b>Regular</b>	<b>Brasil</b>	<b>0,6678</b>	<b>Moderado</b>

\* Mato Grosso do Sul.

Fonte: FIRJAN (2018). Elaborado pelos autores.

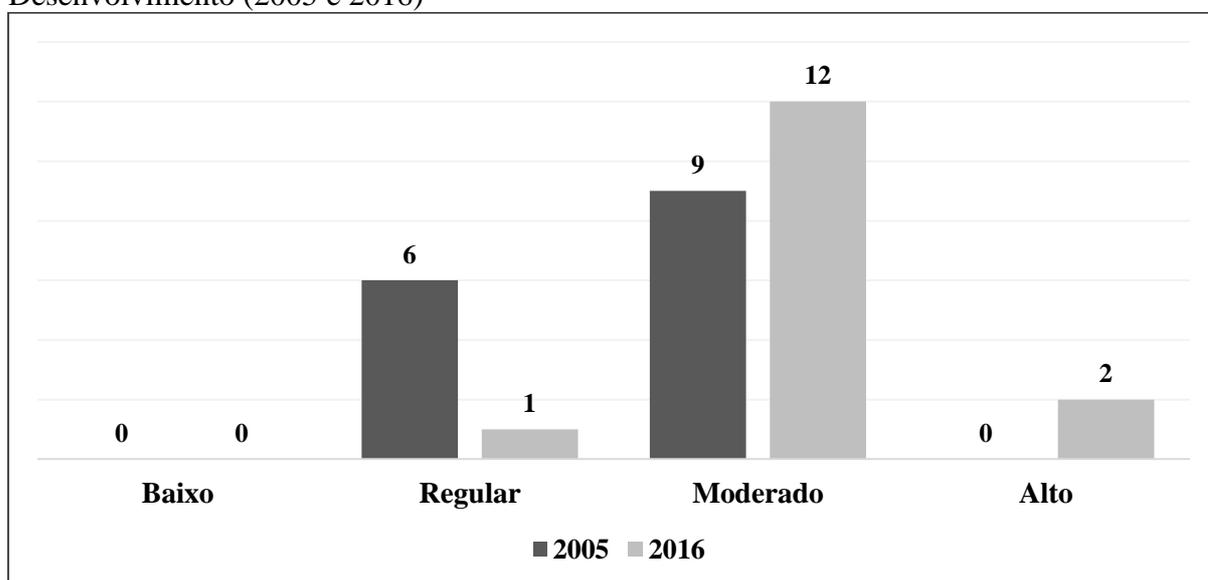
É importante destacar, que os municípios com grau menor de desenvolvimento são municípios limítrofes com o Paraguai e que, segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e o Programa de Promoção de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) os municípios fronteiriços possuem pouco dinamismo econômico e social. Por tal motivo, os municípios fronteiriços são considerados pelas políticas públicas como prioritários para ações de desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 2009).

Estes aspectos condizem com os estudos de Nunes (2013), Pêgo (2017) e Corrêa (2019) que estudaram a dificuldade dos municípios fronteiriços se desenvolverem quando comparado com municípios não fronteiriços de uma mesma Unidade Federativa ou Microrregião e a aplicação de políticas públicas direcionadas para promover o desenvolvimento. Mesmo com o reconhecimento do Estado de que há uma condição histórica de subdesenvolvimento dos

municípios fronteiriços e da elaboração de políticas específicas, como é o caso do PDFF, é evidenciado nesses estudos, poucos avanços de políticas e dos municípios quanto a um progressivo e pavimentado processo de desenvolvimento econômico.

Observa-se pela Figura 01 que dois municípios tiveram um aumento no grau de desenvolvimento, foram de grau Moderado para grau Alto, sendo os municípios de Dourados e Rio Brillhante. Outro aspecto positivo é o aumento de municípios que saíram da condição de Desenvolvimento Regular em 2005 (06 para 01) para Desenvolvimento Moderado (12) e Alto (02) em 2016.

**Figura 01** – Quantidade de Municípios da Microrregião de Dourados por Grau de Desenvolvimento (2005 e 2016)



Fonte: FIRJAN (2018). Elaborado pelos autores.

Apesar dos avanços no IFDM na Microrregião, o município de Antônio João foi o único dos municípios que permaneceu na mesma condição de Desenvolvimento Regular. Pelo aspecto de sua dinâmica do mercado de trabalho entre 2005 e 2016, não houve crescimento de empregos nos setores da indústria e construção civil e a geração de emprego concentrou no setor público e no setor agropecuário.

A Tabela 05 a seguir mostra as variáveis que interferem no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal da Microrregião de Dourados. De acordo com o IDFM- Emprego & Renda de 2005 para 2016 houve um recuo de 0,603 para 0,561 na Microrregião de Dourados, assim como no estado de 0,585 para 0,543 e do país de 0,522 para 0,466, mas ainda a média da Microrregião foi maior do que de MS e Brasil.

**Tabela 05** –Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, Brasil, Microrregião de Dourados e seus Municípios (2005-2016)

Local	Emprego & Renda		Educação		Saúde	
	2005	2016	2005	2016	2005	2016
Amambaí	0,6858	0,4997	0,5485	0,7436	0,5501	0,6452
Antônio João	0,3380	0,4535	0,5723	0,7872	0,4520	0,5560
Aral Moreira	0,5227	0,5623	0,4838	0,6637	0,5652	0,6909
Caarapó	0,7076	0,6810	0,6348	0,7591	0,6234	0,8344
Douradina	0,5320	0,4708	0,5486	0,7016	0,5825	0,8895
Dourados	0,7953	0,7668	0,6410	0,7831	0,7571	0,8804
Fátima do Sul	0,5308	0,4817	0,6659	0,8545	0,6505	0,8420
Itaporã	0,5764	0,5136	0,6223	0,7224	0,8463	0,8818
Juti	0,4335	0,5967	0,5084	0,6717	0,6436	0,8054
Laguna Carapã	0,6313	0,5398	0,5723	0,7079	0,7094	0,8057
Maracaju	0,7692	0,6267	0,6360	0,7829	0,8111	0,8233
Nova Alvorada do Sul	0,6283	0,5732	0,6139	0,7903	0,8198	0,8408
Ponta Porã	0,5814	0,4608	0,5677	0,8038	0,5695	0,7412
Rio Brilhante	0,7176	0,7129	0,6146	0,8043	0,8302	0,9395
Vicentina	0,6052	0,4844	0,6770	0,8037	0,7887	0,9593
<b>Microrregião de Dourados</b>	<b>0,6037</b>	<b>0,5616</b>	<b>0,5938</b>	<b>0,7587</b>	<b>0,6800</b>	<b>0,8090</b>
<b>Mato Grosso do Sul</b>	<b>0,5854</b>	<b>0,5436</b>	<b>0,5845</b>	<b>0,7626</b>	<b>0,6767</b>	<b>0,7862</b>
<b>Brasil</b>	<b>0,5227</b>	<b>0,4664</b>	<b>0,5692</b>	<b>0,7689</b>	<b>0,5846</b>	<b>0,7655</b>

Fonte: FIRJAN (2018). Elaborado pelos autores.

Os três municípios que obtiveram os maiores índices em 2005 foram Dourados com 0,795; Maracaju com 0,769 e Rio Brilhante com 0,717, e em 2016, Dourados com 0,766; Rio Brilhante 0,712 e Caarapó 0,681. Os municípios com os piores índices em 2005 foram Antônio João com 0,338; Juti com 0,433 e Aral Moreira com 0,522 e em 2016, Antônio João com 0,453, Ponta Porã com 0,460 e Douradina com 0,470. Os três municípios com os piores índices em 2005 foram os únicos a terem uma variação positiva no IFDM Emprego & Renda de 2005 a 2016 (Tabela 05).

Constata-se, portanto, que o IFDM Emprego & Renda recuou tanto em nível municipal, estadual e nacional, o que pode estar relacionado à crise mundial iniciada em 2008 e a crise política nacional iniciada em 2015<sup>6</sup>, que propiciou na baixa geração do emprego formal. Conforme Hailu (2009), as economias em desenvolvimento como o Brasil tendem a ter significativa redução nas exportações e nos fluxos de capitais e baixas receitas no setor de

<sup>6</sup>Pode-se referir ao processo de *impeachment* que culminou na queda do Governo Federal em 2016. Dentre os impactos, se destaca o retorno da concentração de renda, o aumento da pobreza monetária e não monetária e a relativa estagnação das condições da educação (BARBOSA, 2018).

turismo, conseqüentemente, ocorrem perdas de empregos formais aumentando o grau do emprego informal, implicando ainda mais nos problemas sociais e econômicos do país.

Em relação ao IFDM-Educação apresentado na Tabela 07, a média da Microrregião de Dourados em 2005 era de 0,593, estando acima da média estadual de 0,584 e nacional de 0,569, já em 2016 a variação da Microrregião de Dourados aumentou positivamente em 0,164, entretanto, ficou abaixo da variação estadual de mais 0,178 e da nacional de mais 0,199, ocasionando então, em um índice menor do que Mato Grosso do Sul e Brasil.

Os maiores índices em 2005 estavam nos municípios de Vicentina com 0,677; Fátima do Sul 0,665 e Dourados 0,641 e no ano de 2016 em Fátima do Sul com 0,854; Rio Brilhante com 0,804 e Ponta Porã com 0,803. Já os menores índices em 2005 situaram em Aral Moreira com 0,483; Juti com 0,508 e Amambaí com 0,548, e em 2016 novamente Aral Moreira com 0,663; Juti com 0,671 e Douradina com 0,701.

Percebe-se que os municípios com menores índices educacionais estão relacionados com baixa dinâmica de empregos no setor industrial. Isso significa que como há poucas indústrias na região, a mão de obra com maior qualificação se concentra nos municípios que possuem maior dinamismo no emprego industrial.

Outra perspectiva, é de que Instituições de Ensino Superior (IES) se concentram em municípios com maior densidade populacional, como são os casos de Dourados e Ponta Porã. Estes municípios acabam ofertando ensino profissional com maior qualificação aos municípios menores da Microrregião, por possuírem universidades públicas, privadas e institutos tecnológicos (FIRJAN, 2018).

Já em relação ao IFDM-Saúde, nota se que é a variável de maior índice em relação às outras analisadas. Em 2005 o IFDM- Saúde da Microrregião era de 0,680, sendo maior do que de MS de 0,676 e Brasil de 0,584 e em 2016 continuou superando a média com 0,809 para a Microrregião, 0,786 estadual e 0,765 nacional. Os municípios com os melhores índices em 2005 eram Itaporã (0,846), Rio Brilhante (0,830) e Nova Alvorada do Sul (0,819) e 2016 Vicentina (0,959), Rio Brilhante (0,939) e Douradina (0,889). Já os piores índices estão nos municípios que fazem fronteira com o Paraguai como: Antônio João, Amambaí e Aral Moreira, tanto em 2005 como em 2016.

Estes aspectos condizem com a problemática da saúde em municípios fronteiriços, que de acordo com Azevedo (2015) a realidade do atendimento da saúde em regiões de fronteira é complexa, pois há um fluxo de usuários estrangeiros que buscam atendimento do lado brasileiro por questões de melhores condições estruturais. Essas questões não são evidenciadas no repasse

do orçamento público da saúde dos municípios, que contabiliza somente usuários brasileiros e residentes no próprio município.

Evidencia-se, portanto, que são necessárias ações de políticas públicas que consigam abranger essas complexidades no sentido de integrar os povos fronteiriços para solucionar os problemas de saúde de ambas as nações. De modo geral, a geração de Emprego/Renda e a qualidade educacional, também carecem de maior integração e devem ser objetivos das mesmas políticas públicas, pois a implementação de ações governamentais, cuja finalidade seja de compreender a dinâmica dos povos fronteiriços torna-se fundamental para que a condição histórica de subdesenvolvimento de maior parte dos municípios seja rompida.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse trabalho teve por objetivo descrever e analisar as dinâmicas socioeconômicas dos municípios que compõem a Microrregião de Dourados, no período de 2005 a 2016. Pelos dados analisados, foi possível identificar algumas vulnerabilidades sociais e econômicas que dependem do auxílio de políticas públicas para que possibilitem os municípios a dinamizar o emprego e a renda e conseqüentemente seus aspectos sociais.

Constatou-se que o desenvolvimento por muitas vezes é confundido com o crescimento, mas o desenvolvimento vai muito além do aumento de indicadores econômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB), Moeda etc., o desenvolvimento visa o bem-estar das pessoas, ele avalia a qualidade da distribuição de renda e dos serviços oferecidos pelo Estado. Portanto, índices como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) que propõem mensurar variáveis como saúde, educação e renda, tornam-se essenciais para compreender o papel do desenvolvimento socioeconômico de uma região.

Nesse sentido, os municípios que apresentam as piores vulnerabilidades pelo IFDM foram Antônio João, Amambai e Aral Moreira, que possuem um aspecto em comum, de serem municípios limítrofes com o Paraguai e possuem historicamente os piores indicadores sociais e econômicos. No entanto, para a maioria dos municípios da Microrregião, o maior problema constatado foi no IFDM Emprego & Renda que pode ter sido impactado pela crise de 2008 e pela crise política iniciada em 2015.

No contexto geral os municípios que compõem a Microrregião de Dourados evoluíram no seu desenvolvimento, mas precisa de um olhar mais atencioso do governo estadual pela

Microrregião, pois alguns problemas foram mais incisivos quando comparado com o índice do estado. Uma característica das cidades com IFDM menores é que existe pouca mobilidade de empregos no setor industrial, o que significa que há poucas indústrias instaladas no local e que precisa de incentivo governamental dinamizar o setor industrial dos municípios e, conseqüentemente, da Microrregião de Dourados.

Em uma perspectiva dialógica do conceito do desenvolvimento econômico e de como compreender a necessidade de municípios com baixos indicadores de desenvolvimento mensurados pelo IFDM, o tratamento particularizado dos dados que compõe o IFDM Emprego & Renda; IFDM Saúde e IFDM Educação surgem como um campo a ser pesquisado. Nesse sentido, é possível ampliar as limitações do estudo aqui apresentado e proporcionar melhores condições para o entendimento do desenvolvimento nos municípios, a fim de elucidar e apresentar novas ideias para (re)formulação de políticas públicas.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, S. T. As percepções sobre a saúde na Fronteira Brasil e Paraguai: os Transfronteiriços e o atendimento pelo SUS. In: XI Encontro Nacional da ANPEGE, 2015. **Anais...Presidente Prudente/SP: XI ENANPEGE**, 2015. p. 5.546-5.556.

BARBOSA, L. M. L. H. A evolução recente da distribuição de renda brasileira sob a ótica das estruturas sócio ocupacionais. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: < <http://goo.gl/nHvk95> > Acesso em: 20 de junho de 2016.

BARBOSA, R. S. O Impacto do impeachment de 2016 nos indicadores sociais. **Carta Capital**. 13 de Dezembro de 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/o-impacto-do-impeachment-de-2016-nos-indicadores-sociais/>>. Acesso em: 10 de Abril de 2019.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Desenvolvimento Regional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**: sumário executivo. Brasília: MI, 2007.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. **Faixa de Fronteira**: Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília: MI, 2009.

CORRÊA, A. S. **Políticas públicas para a integração regional da Faixa de Fronteira de Mato Grosso do Sul**: um estudo da “Borda Fronteira Brasil/Paraguai”. 2019. 246 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2019.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**. 2018. Disponível em:<<http://www.firjan.com.br>> Acesso em Outubro de 2018.

FERREIRA, H. G. F. **Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil**: luta de classes ou heterogeneidade educacional? Rio de Janeiro: PUCRJ, Departamento de Economia, 2000.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Companhia Editora Nacional. 32<sup>a</sup> Edição, 2005.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; JANNUZZI, Paulo de Martino. IDH, Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. In: **Revista Brasileira**. Estudos Urbanos e Regionais, Salvador, v. 7, n. 1, 73-89, 2005.

HAILU, Degol. A Crise Econômica Global Estorva o Desenvolvimento Humano. Como? **Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (CIP-CI)**. N. 95,

Setembro de 2009. Disponível em: <https://ipcig.org/pub/port/IPCOnePager95.pdf>. Acesso em: 10 de Abril de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014a.

———. **Produção Agrícola Municipal (PAM)**. Rio de Janeiro, v. 41, 2014b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Eletrônica (SIDRA)**. 2018. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em setembro de 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil**. (Nota Técnica, ago. 2006). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 10 novembro 2018.

JANNUZZI, P.M. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, medidas e aplicações**. Campinas: Allínea/PUC-Campinas, 2004.

MONTIBELLER, Gilberto. IDSA: um método de avaliação do desenvolvimento socioeconômico e ambiental. **Textos Socioeconômicos**, Florianópolis, jul. 1999.

NUNES, Maria Aparecida. **Contrastes e convergências socioterritoriais na faixa de fronteira internacional oeste brasileira: impactos das políticas contemporâneas**. 2013. 354 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013.

PÊGO, Bolívar. **Fronteiras do Brasil: diagnóstico e agenda de pesquisa para política pública**, volume 2. Organizadores: Bolívar Pêgo ... [et al.]. – Brasília: Ipea: MI, 2017.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de Metodologia Científica**. 1ª Edição. Curitiba: Juruá, 2014. 230p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>. Acesso em outubro de 2018.

SANDRONI, P. **Novo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller. 1994.

SANTAGADA, Salvatore. (2007). **Indicadores Sociais: Uma primeira abordagem social e histórica**, Pensamento Plural, Pelotas [01]: 113 - 142, julho/Dezembro.

SANTOS, A. M.; NORILLER, R. M.; CORRÊA, A. S. Análise do perfil da saúde pública em Mato Grosso do Sul: um estudo da Microrregião de Dourados. In: IV Seminário Internacional de Integração e Desenvolvimento Regional, 04., 2018, Toledo/PR. **Anais...Unioeste**, Campus Toledo, 2018. Disponível em: [http://sider.aranduassu.net/?page\\_id=264](http://sider.aranduassu.net/?page_id=264). Acesso em dezembro de 2018.

SANTOS, N. B.; FARIA, A. M. de M.; DALLEMOLE, D.; MANSO, J. R. P.  
Desenvolvimento e crescimento econômico das macrorregiões de Mato Grosso nos anos 2005 e 2013. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 18, n. 3, p. 169-182, jul./set.2017.

SOUZA, C. Reinventando o poder local: limites e possibilidades do federalismo e da descentralização. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v.10, n.3, p.103-112, jul-set, 1996.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

THOMAS, Vinod. et al. **A qualidade do crescimento**. Ed. UNESP, 2000.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Economia Micro e Macro**. 4ª Edição. São Paulo. Editora Atlas, 2011.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; PINHO, Diva Benevides. **Manual de Economia**: Equipe de Professores da USP, 5ª Edição. São Paulo. Editora Saraiva, 2011.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VIEIRA, E. T. Industrialização e Políticas de Desenvolvimento Regional: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX. (**Tese de Doutorado**) Doutorado em História Econômica. USP.2009.